



BALANÇO PATRIMONIAL EM MARÇO DE 2026 E DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em R\$ 1.000)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>293.030</u>	<u>298.590</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u>	4.a	<u>169.280</u>	<u>182.800</u>
<u>BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA</u>		<u>169.280</u>	<u>182.800</u>
<u>CRÉDITOS</u>		<u>110.701</u>	<u>101.664</u>
<u>CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</u>	4.b	<u>92.109</u>	<u>86.898</u>
<u>(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</u>	4.c	<u>(2.225)</u>	<u>(2.377)</u>
<u>CRÉDITOS DE PESSOAL</u>	4.d	<u>5.561</u>	<u>3.605</u>
<u>IMPOSTOS E CONTRIB.A RECUPERAR E COMPENSAR</u>	4.e	<u>9.951</u>	<u>8.542</u>
<u>OUTROS CRÉDITOS</u>	4.f	<u>5.305</u>	<u>4.996</u>
<u>ESTOQUES</u>		<u>767</u>	<u>4.799</u>
<u>MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO</u>	4.g	<u>4</u>	<u>5</u>
<u>MATERIAIS INDIRETOS</u>	4.g	<u>314</u>	<u>303</u>
<u>SERVIÇOS EM ANDAMENTO</u>	4.h	<u>449</u>	<u>4.491</u>
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	4.i	<u>12.282</u>	<u>9.327</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>91.268</u>	<u>86.288</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>26.339</u>	<u>26.842</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS</u>	4.j	<u>26.339</u>	<u>26.842</u>
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.k	<u>151</u>	<u>151</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.l	<u>60.189</u>	<u>52.058</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.m	<u>4.589</u>	<u>7.236</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>384.298</u>	<u>384.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL EM MARÇO DE 2026 E DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em R\$ 1.000)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>127.491</u>	<u>129.491</u>
FORNECEDORES	4.n	15.017	13.788
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	22.895	26.803
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.q	37.074	33.304
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.r	33.537	32.026
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	5	17.085	22.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.s	1.884	1.570
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>41.573</u>	<u>33.317</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	5	41.573	33.317
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>169.063</u>	<u>162.808</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>291.003</u>	<u>291.003</u>
CAPITAL SUBSCRITO	6.a	291.089	291.089
(-) AÇÕES EM TESOURARIA		(86)	(86)
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>8</u>	<u>8</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	6.b	<u>(75.776)</u>	<u>(68.941)</u>
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>215.235</u>	<u>222.070</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>384.298</u>	<u>384.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM MARÇO DE 2026 E 2025
(Valores expressos em R\$ 1.000)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.a	158.113	144.215
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	7.(a.1)	<u>(20.049)</u>	<u>(20.164)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		138.064	124.052
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	7.b	<u>(112.706)</u>	<u>(94.485)</u>
LUCRO BRUTO	7.(b.1)	25.358	29.566
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>		<u>(32.360)</u>	<u>(21.048)</u>
DESPESAS COM VENDAS	7.c	(2.573)	(2.303)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	7.d	(35.061)	(21.629)
DESPESAS FINANCEIRAS		(76)	(139)
RECEITAS FINANCEIRAS		5.348	3.024
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>167</u>	<u>439</u>
LUCRO OPERACIONAL		(6.835)	8.957
OUTRAS RECEITAS		0	0
OUTRAS DESPESAS		0	(9)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.835)	8.948
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.e	(6.835)	8.948
Lucro por lote de mil ações		-0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM MARÇO DE 2026 E 2025**

(Valores expressos em R\$ 1.000)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
<u>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.835)	8.948
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	7.748	7.374
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(151)	-
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	<u>761</u>	<u>16.322</u>
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.211)	(1.813)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(2.265)	(5.090)
AUMENTO DE OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR	(1.409)	2.920
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(223)	2.834
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	4.031	(469)
REDUÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS	504	(3.332)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO DE FORNECEDORES	1.228	772
AUMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOBRE LUCRO-PPR A PAGAR	4.025	3.723
AUMENTO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	3.340	(169)
AUMENTO PROVISÃO 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ENCARGOS	1.511	(158)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	299	(128)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	(3.753)	(3.304)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	(155)	(633)
REDUÇÃO SALÁRIOS E ENCARGOS	(240)	(253)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.443	11.221
<u>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	-	9
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(15.710)	(9.470)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(254)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(15.963)	(9.461)
<u>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
<u>VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u>	<u>(13.520)</u>	<u>1.761</u>
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
<u>SALDO INÍCIO PERÍODO</u>	<u>182.800</u>	<u>112.724</u>
CAIXA	26	26
BANCOS	34	100
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	169.220	114.250
<u>SALDO FINAL PERÍODO</u>	<u>169.280</u>	<u>114.376</u>
VARIAÇÃO	<u>(13.520)</u>	<u>1.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM MARÇO DE 2026 E 2025**
(Valores expressos em R\$ 1.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL			
SALDO EM 31/12/2024	203.219	8		(58.184)	145.043
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE				-	-
SALDO EM 31/03/2025	203.219	8		(58.184)	145.043
AUMENTO DE CAPITAL	87.870	-		-	87.870
(-) AÇÕES EM TESOURARIA			(86)		(86)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2025				(10.757)	(10.757)
SALDO EM 31/12/2025	291.089	8	(86)	(68.941)	222.070
PREJUÍZO LÍQUIDO DO TRIMESTRE				(6.835)	(6.835)
SALDO EM 31/03/2026	291.089	8	(86)	(75.776)	215.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM MARÇO DE 2026 E 2025

(Valores expressos em R\$ 1.000)



Documento assinado digitalmente

MARCELO DA SILVA CONTERATO:81964374049
 Data: 20/05/2026 09:25:52-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

31/03/2025

Resultado Líquido do Período	(6.835)	8.948
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	(6.835)	8.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em 31 de Março de 2026 e 2025.

(Valores em R\$ 1.000)

1. Contexto Operacional

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e/ou nas melhores estimativas.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 14/05/2026.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Caixa	26	26	26
Banco do Brasil	2	0	2
Banco do Estado do RS (BANRISUL) - Conta Recebedora	18	22	59
Banco do Estado do RS (BANRISUL) - Conta Pagadora	13	11	16
EFI S/A - Cartão Pré-Pago	0	66	0
Caixa Econômica Federal	1	2	1
Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC - Aplicação Financeira	169.219	114.248	182.696
BANCO DO BRASIL - Aplicação Financeira	1	1	0
Total	169.280	114.376	182.800

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber de clientes no encerramento do trimestre tem a seguinte composição. Dos R\$ 38 milhões vencidos até o encerramento do trimestre, foram recebidos 9,3 milhões em abril (24%).

Clientes	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Vencidos	38.967	27.185	29.360
A Vencer	53.142	49.755	57.538
Total	92.109	76.940	86.898

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a Procergs não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/96. O valor provisionado em 31/03/2026 é de R\$ 2.225 mil e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos a mais de 180 dias.

Documento assinado digitalmente

	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados	Total 31/03/2026	Total 31/03/2025	Total 31/12/2025
Mais de 180 dias	12.655	2.225	14.880	13.674	16.775
Mais que 90 e inferior a 180 dias	6.659	148	6.807	1.866	942
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	10.400	170	10.570	3.973	6.539
Até 30 dias	6.614	96	6.710	7.672	5.104
Total	36.328	2.639	38.967	27.185	29.360

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de 13º salário, diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

Créditos de Pessoal	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Antecipações de 13º salário	4.286	4.371	0
Antecipações de Férias	1.268	1.840	3.599
Adiantamentos de Viagens/Diárias	7	22	6
Total	5.561	6.233	3.605

(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em lei ou retidos de clientes e as contribuições à compensar em pagamentos futuros. A redução de valor a recuperar em relação à 31/03/2025, se deve ao fato

O decréscimo no saldo de IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar, se deve à utilização dos créditos para pagamentos, por compensação, de outros tributos federais como PASEP, COFINS e INSS, durante o exercício de 2025.

Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	1.303	1.288	1.522
Imposto de Renda Retido/Contribuição Social a Recuperar	319	18.408	314
Outros Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	1.628	381	117
IRRF, PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL, ISSQN e ICMS a Compensar	3.165	3.163	3.165
IRPJ e CSLL s/Lucro Real Recolhido por Estimativa	3.536	4.366	3.424
Total	9.951	27.606	8.542

(f) Outros Créditos

São contabilizados bloqueios judiciais, reembolsos de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários, descontado em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Bloqueio Judicial	15	15	15
Outros Créditos	82	59	310
Reembolso Funcionários Cedidos	5.208	5.048	4.671
Total	5.305	5.122	4.996

(g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição.

(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente.

No primeiro trimestre de 2026, ocorreram receitas referente as ordens de serviços de clientes que acumularam custos diferidos em 2025, que foram levadas a resultado, respeitando o princípio da competência.

Serviços em Andamento – Diferimento de Custos	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Diferido para períodos Futuros	449	778	4.491

(i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize apropria no resultado do período, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos.



Documento assinado digitalmente

Despesas do Exercício Seguinte

SANDRO LEITE FURTADO

Data: 19/05/2026 15:19:34-0300

Verificar em https://validar.iti.gov.br

	Curto Prazo 31/03/2026	Curto Prazo 31/03/2025	Curto Prazo 31/12/2025
Prêmios de Seguro	123	119	142
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	2.160	2.041	2.173
Vale Transporte a Apropriar	31	31	26
Licença de Uso Software/Manutenção a Apropriar	9.897	7.022	6.973
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	71	60	13
Total	12.282	9.273	9.327

(j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas que estão em discussão na justiça. Os depósitos a título de garantia do juízo, que são efetuados em ações em que a expectativa de perda ainda é considerada, pela área jurídica, como possível ou remota, não são constituídas provisões, conforme a norma contábil. Esses desembolsos são efetuados pela companhia, para ter a possibilidade de recorrer de decisões. Para os valores considerados como perda provável, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

Composição do saldo em 31/03/2026:

Saldo em 31/12/2025	Depósitos	Baixas	Devolução	Atualização	Saldo em 31/03/2026
26.842	397	(635)	(267)	2	26.339

(k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(l) Imobilizado

Os ativos imobilizados adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/95, Art. 4º). A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa FERCIEN Inovação e Gestão de Ativos Ltda., realizado com base em nov/2025, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Final em 31/12/2025	Aquisições	Depreciação do Período	Baixas no Período	Saldo Líquido Final em 31/03/2026
Equipamentos de produção	41.617	15.637	(7.229)	-	50.025
Equipamentos de Apoio	2.950	49	(188)	-	2.811
Instalações/Móveis e Utensílios	2.112	6	(81)	-	2.037
Outros Bens Imobilizados	5.379	26	(81)	(8)	5.316
TOTAL	52.058	15.718	(7.579)	(8)	60.189

(m) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/95, Art. 4º). Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa FERCIEN Inovação e Gestão de Ativos Ltda., realizado com base em nov/2025, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Final em 31/12/2025	Aquisições	Transferência	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/03/2026
Software	7.236	254	(2.732)	(169)	4.589

(n) Fornecedores

O saldo de fornecedores para pagamento em Curto Prazo até 31/03/2026 era de R\$15.017. Neste valor, está incluído R\$7.259 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. A longo prazo, não existe mais nenhuma obrigação.

A seguir, quadro demonstrativo de valores devidos a fornecedores, por vencimento. O valor de vencidos a mais de 180 dias referem-se a fornecedores com valor suspenso de pagamento por falta de apresentação de documentação obrigatória ou mesmo encerramento de atividades do fornecedor, sem a devida cobrança.

Fornecedores	Curto Prazo 31/03/2026	Curto Prazo 31/03/2025	Curto Prazo 31/12/2025
Mais de 180 dias	821	800	944
Mais de 90 e inferior a 180 dias assinado digitalmente	-	-	-
Mais de 30 e inferior a 90 dias	29	-	-
Até 30 dias	-	-	281
A vencer	14.167	18.808	12.563
Total	15.017	19.608	13.788

(o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
ISSQN	3.985	1.122	2.144
PASEP	1.495	1.408	1.566
COFINS	6.909	6.499	7.235
ICMS /FUST / FUNTEL	223	216	227
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546/11)	3.275	4.521	4.870
IR Retido na Fonte	6.195	5.964	9.877
Outros Tributos Retidos na Fonte	813	655	884
Total de Obrigações	22.895	20.385	26.803

(p) Tributos Sobre o Lucro

Em 2024, a companhia, através da Procuradoria- Geral do Estado, na Ação Cível Originária nº 3.695, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, nos termos do art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, obteve o deferimento de liminar, pelo Relator Ministro Edson Fachin, a qual foi referendada pelo Plenário do STF, em 11/11/2024. A liminar determinou que a União deixasse de cobrar os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Procergs, até o encerramento da ação. Assim, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa, mas CSLL, PASEP e COFINS não, pois a imunidade incide sobre impostos, não se estendendo as contribuições. Essa liminar continua valendo para o exercício de 2026.

No cálculo do Lucro Real, o resultado fiscal apurado em março de 2026 foi negativo, não havendo assim pagamento da Contribuição Social, nem provisão para o próximo período. As bases negativas de cada período estão demonstradas no quadro abaixo.

Alíquotas Efetivas	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
	CSLL	CSLL	CSLL
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.835)	8.948	(10.757)
Alíquotas Vigentes	9%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-	-
(+) Adições			
Lucro das Faturas recebidas no ano	67.620	59.178	307.521
Acréscimos à Provisão p/contingência trabalhista	8.406	1.785	23.149
Outras Adições	52	69	136
(-) Exclusões			
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(87.375)	(77.622)	(311.840)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(4.915)	(1.908)	(15.807)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(151)	(46)	(3.285)
(=) Lucro Real	(23.198)	(9.596)	(10.883)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%			
Base de Cálculo	(23.198)	(9.596)	(10.883)
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%

(q) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, PPR a pagar referente a 2025, que será pago a primeira parcela em abril de 2026 e à segunda em outubro de 2026, acrescido do PPR apropriado mensalmente no primeiro trimestre de 2026, que será pago em 2027, e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Folha de pagamento	11.040	10.670	11.298
INSS	4.411	3.410	3.368
FGTS	1.331	1.322	2.357
Rescisões	30	30	46
PPR	20.127	18.646	16.101
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio /Acordos Trabalhistas	135	131	134
Total	37.074	34.209	33.304

(r) Provisões de Férias e Encargos

A Companhia faz provisões mensais de férias e 13º salários e os encargos (INSS e FGTS) que incidem sobre as mesmas.

Provisões Trabalhistas	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Férias e Encargos	28.113	25.321	32.026
13º e Encargos	5.424	5.070	0
Total	33.537	30.391	32.026



SANDRO LEITE FURTADO
Data: 19/05/2026 15:19:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.oov.br>

(s) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de contratação de empréstimos por funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Asprocergs	82	72	102
Procuis (Parte funcionários)	490	512	484
Pensões Alimentícias	151	152	146
Bancos Empréstimos em Consignação	463	418	139
Total Consignações	1.186	1.154	871
Obrigações			
Procuis (Parte empresa)	632	623	630
Cauções de Contratos	7	7	7
Estagiários	59	46	62
Outras Obrigações	0	1	0
Total Obrigações Procergs	698	677	699
Total do Grupo	1.884	1.831	1.570

5. Provisões para Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício.

Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":

Quadro dos saldos estimados, atualizados até 31/03/2026:

Tipo Objeto	Qtd. Processos	Prováveis	Possíveis	Remotos	Total
Antiguidade	303	49.488	38.416	2.176	90.080
Desvio	9	219	467	3.882	4.568
Jornada	22	1.970	2.722	296	4.988
Outros	65	2.573	7.709	7.391	17.673
Periculosidade SINDPPD	1	-	892.355	-	892.355
Reintegração	18	3.818	2.804	0	6.622
Subsidiária	43	590	7.215	111	7.916
TOTAL	461	58.658	951.688	13.856	1.024.201

Processos	Saldo 31/12/2025	Baixas*	DRE no período	Saldo Provisão 31/03/2026
Trabalhistas	55.317	(4.914)	8.255	58.658

*As Baixas referem-se a pagamentos de execuções definitivas e liberações de saldos de depósitos judiciais, aos reclamantes, no período.

Curto Prazo	Longo Prazo
17.085	41.573

Classificado como "Possível" destaca-se o processo de número 0021506-62.2016.5.04.0025, que figura na listagem de ações, com o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS, com valor estimado de R\$ 892.355 em Março/2026. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade, para os funcionários da sede da Procergs, em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR's 16 e 20. Como o Tribunal Regional do Trabalho reformou a sentença, com fundamento na OJ 385 da SBDI-I do TST, a Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso foi acolhido pelo TST, em 20/02/24, para restabelecer a sentença de improcedência. Diante dessa decisão, o SINDPPD/RS interpôs recurso de embargos à SDI-1, que está pendente de julgamento. A partir de Julho/2023 ocorreu o ingresso de ações individuais de Cumprimento de Sentença, sendo possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

6. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O valor do capital social subscrito é de R\$ 291.089 e está totalmente integralizado. O total de Ações é de 1.169.992.160 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

As ações anteriormente detidas pela CORSAN foram adquiridas pela PROCERGS em 03 de setembro de 2025, conforme Contrato de Compra e Venda, pelo valor de R\$ 86 milhões. Até a deliberação da Comissão de Governança, as ações permanecem classificadas como ações em tesouraria, nos termos do PROA nº 2504890001325-8. No mês de setembro de 2026, será divulgada a nova composição do capital social, decorrente do ajuste da classificação das ações em tesouraria, conforme deliberação da Comissão de Governança.

SANDRO LEITE FURTADO
Data: 19/05/2026 15:19:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.aov.br>

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	1.167.821.223	99,81
OI S.A.	ON	1.366.594	0,12
IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,03
Ações em Tesouraria	ON	431.557	0,04
Total das Ações		1.169.992.160	100,00



(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(68.941)	(58.184)	(58.184)
Prejuízo Líquido no Período	(6.835)	8.949	(10.757)
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	(75.776)	(49.235)	(68.941)

7. Resultado do Período

(a) Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta foi de R\$158.113 apresentando um crescimento nominal de R\$13.898 (9,64%) em relação ao 1º Trimestre de 2025.

	31/03/2026	31/03/2025
Administração Direta RS	94.103	82.899
Administração Indireta RS	59.643	51.514
Outros Poderes	2.546	2.622
Outros Mercados	1.821	7.180
Total da Receita Operacional Bruta	158.113	144.215

(a.1) Deduções da Receita Bruta

Deduções da Receita Bruta, são os tributos calculados sobre a receita da Companhia. No primeiro trimestre, o valor foi de R\$ 20.049 que representam 12,7% sobre a receita do período. No mesmo período, do ano anterior, a alíquota foi de 13,9%. Houve decréscimo, em relação à alíquota da Contribuição Previdenciária, de 3,6% para 2,7%, sobre a receita bruta.

Deduções da Receita Bruta	31/03/2026	31/03/2025
PASEP E COFINS	10.652	9.999
INSS s/ROB (LEI 12.546/11)	4.251	5.190
ISSQN	4.441	4.311
ICMS	589	578
FUST E FUNTEL - ANATEL	116	86
Total das Deduções s/Receita Bruta	20.049	20.164

(b) Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados apresentaram um crescimento de 19% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, reajuste em julho de 2025 de 5,18% sobre a folha de pagamento, conforme acordado no dissídio e o crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes.

	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados a Operação	90.439	78.304
Custos de Insumos ligados a Operação	21.937	17.822
Depreciação e Amortização	7.701	7.196
Outros Custos	117	147
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(7.488)	(8.984)
Total dos Custos de Serviços Prestados	112.706	94.485

(b.1) Lucro Bruto

O Lucro Bruto no 1º trimestre de 2026 foi de R\$25.358, tendo um redução de 14,23% em relação ao mesmo período de 2025.

(c) Despesas Com Vendas

	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal da Área Comercial	2.568	2.297
Despesas da Área Comercial	2	4
Depreciação e Amortização	3	2
Total das Despesas com Vendas	2.573	2.303



Documento assinado digitalmente

SANDRO LEITE FURTADO

Data: 19/05/2026 15:19:34-0300

Verifique em: https://validar.lti.gov.br

(d) Despesas Administrativas

O aumento observado em despesas administrativas de 62%, decorreu, principalmente, do crescimento da rubrica Provisão para Contingências, em razão da intensificação das revisões dos processos judiciais realizadas a partir do segundo trimestre de 2025, refletindo maior reconhecimento de provisões no período. Adicionalmente, a comparação entre os períodos é impactada pelo registro, no primeiro trimestre de 2025, de valor recebido de forma extraordinária, referente ao processo nº 5036610-29.2014.8.21.0001, movido contra a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, relacionado à recuperação de ISSQN do exercício de 2006, o qual foi registrado na rubrica Recuperação de Despesas (Crédito), reduzindo o montante das despesas administrativas naquele exercício.

31/03/2026

31/03/2025

Pessoal Administrativo	15.455	14.664
Despesas Administrativas	3.827	3.432
Depreciação e Amortização	179	175
Provisão para Contingências	8.255	1.739
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	7.488	8.984
Recuperação Despesas (Crédito)	(143)	(7.365)
Total das Despesas Administrativas	35.061	21.629

(e) Prejuízo Líquido do Período

O resultado do primeiro trimestre de 2026 foi apurado em conformidade com o princípio da competência, tendo sido registrado Prejuízo Líquido no montante de R\$ 6.835, referente ao período de janeiro a março. O resultado apresenta decréscimo em relação ao apurado no primeiro trimestre de 2025, decorrente, principalmente, do aumento das despesas operacionais, que registraram variação de 53,7% no período.

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	*R\$ 382
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	33.607

Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente.

(b) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

09. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em conformidade com o disposto no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24) e em observância à Política Interna de Transações com Partes Relacionadas da Procergs.

Em 31 de março de 2026, as partes relacionadas compreendiam o Estado do Rio Grande do Sul, a OI S.A. e o IPE Prev – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores apresentados a seguir evidenciam as principais transações realizadas entre a Procergs e suas partes relacionadas.

(a) Estado do Rio Grande do Sul

O valor faturado pela PROCERGS referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, nos três primeiros meses de 2026, aos órgãos, secretarias e fundações integrantes da Administração Pública Estadual do Rio Grande do Sul, totalizou R\$ 94.103 (R\$ 82.899 no mesmo período de 2025).

Em 31 de março de 2026, o saldo a receber decorrente de faturamento era de R\$ 65.112, dos quais R\$ 32.048 encontravam-se vencidos e R\$ 33.064 a vencer.

(b) IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

O valor faturado pela PROCERGS referente à prestação de serviços de tecnologia da informação, nos três primeiros meses de 2026, ao IPE PREV, totalizou R\$1.812 (R\$ 1.799 no mesmo período de 2025).

Em 31 de março de 2026, o saldo a receber decorrente de faturamento era de R\$ 2.210, dos quais R\$ 1.602 encontravam-se vencidos e R\$ 608 a vencer.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, composta pela Diretoria, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Auditoria Estatutário, é fixada nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Procergs, conforme aprovado na Ata nº 137, de 01 de dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

SANDRO LEITE FURTADO
Data: 19/05/2026 15:19:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Remuneração e Encargos	1.146	923	4.896
Benefícios	68	30	300

10. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 – Evento Subsequente estabelece, em seus itens 8 e 9, que os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão devem ser ajustados quando fornecerem evidência de condições existentes na data do balanço.

Conforme dispõe o item 10 da referida norma, os eventos subsequentes que indiquem condições surgidas após a data-base, quando relevantes, não ensejam ajuste nas demonstrações contábeis, devendo, entretanto, ser adequadamente divulgados em notas explicativas.

Diretoria

LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 220.946.440-49

KAREN MARIA GROSS LOPES

Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes
CPF 533.611.990-34

DIOGO PRESTES IORI

Diretor de Infraestrutura e Operações
CPF 015.940.980-26

MARCELO DA SILVA CONTERATO

Diretor de Sistemas Transacionais
CPF 819.643.740-49

ANDRÉA GONÇALVES ALVES

Contadora
CPF 658.564.810-20
CRC-RS nº 076011/O-6

ROMERO LEITE PIMENTEL

Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 723.179.061-53

SANDRO LEITE FURTADO

Diretor de Soluções Fiscais e Tributárias
CPF 035.481.111-81

ANA CAROLINE DOMINGUES FRAGA

Diretora Jurídica, de Governança e Compliance
CPF 015.930.700-71

Conselho de Administração

RICARDO NEVES PEREIRA
Presidente

DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO
Conselheiro

VICTOR HERZER DA SILVA
Conselheiro

SONIA MARIA NOGUEIRA SACONI
Conselheira

AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES
Conselheiro

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Conselheiro



Documento assinado digitalmente

LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA
Data: 20/05/2026 15:30:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

ROMERO LEITE PIMENTEL
Data: 19/05/2026 16:29:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

SANDRO LEITE FURTADO
Data: 19/05/2026 15:19:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

MARCELO DA SILVA CONTERATO:81964374049
Data: 20/05/2026 09:38:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
Data: 18/05/2026 18:00:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AOS
DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DO
PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE
DO SUL S.A
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DE REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração do PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimentos de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, quando lidas em conjunto com as notas explicativas não apresentam, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e demais prática contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis, letras “l” e “m” - A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos “Teste de Impairment” em novembro/2025, conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados e intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, conforme Laudo apresentado pela empresa FERCIEN Inovação e Gestão de Ativos Ltda. Este procedimento será adotado novamente no encerramento do exercício de 2026. Nossa conclusão não apresenta modificação em relação a este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.p – Tributos sobre o Lucro, em 2024, a companhia, através da Procuradoria- Geral do Estado, na Ação Cível Originária nº 3.695, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, nos termos do art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, obteve o deferimento de liminar, pelo Relator Ministro Edson Fachin, a qual foi referendada pelo Plenário do STF, em 11/11/2024. A liminar determinou que a União deixasse de cobrar os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Procergs, até o encerramento da ação. Assim, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa, mas CSLL, PASEP e COFINS não, pois a imunidade incide sobre impostos, não se estendendo as contribuições. Essa liminar continua valendo para o exercício de 2026. Nossa conclusão não apresenta modificação em relação a este assunto.

Porto Alegre, 18 de maio de 2026.

DIEGO ROTERMUND Assinado de forma digital por
DIEGO ROTERMUND
MOREIRA:90693922 MOREIRA:90693922087
087 Dados: 2026.06.18 17:34:14
-03'00'

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/O
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI N° 1128
Sócio – Responsável Técnico